

RESPONSÁVEL PELO CERTAME: FRANCIANA LEÃO DIAS
PROGRAMA DE TRABALHO: 8242 NATUREZA DE DESPESA: 339039 – 339036
FONTE DE RECURSO: 0261
ORDENADOR RESPONSÁVEL IRIS AYRES DE AZEVEDO GAMA
Protocolo: 202267

INSTITUTO DE
GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
DO ESTADO DO PARÁ

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 159 DE 12 DE JULHO DE 2017

O Diretor de Administração e Finanças do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, em exercício, no uso das atribuições conferidas pela PORTARIA Nº 142/2017, de 21/06/2017, publicado no DOE nº 33.401, de 23/06/2017. CONSIDERANDO o que dispõe o art. 81 da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o Laudo Médico nº 188023A/1, de 04 de Julho de 2017.

RESOLVE:
I – FORMALIZAR a concessão à servidora Maria de Nazaré de Ramos Santos, matrícula 3199282/1, ocupante do cargo de Agente Administrativo, de 05 (cinco) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período 19/06/2017 a 23/06/2017. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, 12 de julho de 2017.
Railson Lemos Mota
Diretor de Administração e Finanças, em exercício

Protocolo: 202252

CONTRATO

Contrato: 020/2017

Data da assinatura: 11/07/2017

Vigência: 11/07/2017 a 11/07/2018
Objeto: Prestação de serviços de assistência técnica e manutenção em caráter preventivo e corretivo, com fornecimento de peças, materiais e componentes, do Elevador do IGEPREV. Unidade Orçamentária: 84201 – IGEPREV
Programa do PPA 2016/2019: 1297 – Manutenção da Gestão Classificação Funcional Programática: 09.122.1297-8338 – Operacionalização de Ações Administrativas
Fonte de Recursos: 0261000000 – Recursos Próprios Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta
Nº Ação 232371
Natureza da despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros – PJ
Valor: R\$ 19.292,00
Contratado: CONSERP MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA
Endereço: Tv. Perebebuí, 2055, Bairro: Marco, CEP: 66.095-662 - Belém/PA
Ordenador de Despesa: Railson Lemos Mota

Protocolo: 202185

Contrato: 021/2017

Data da assinatura: 11/07/2017

Vigência: 11/07/2017 a 11/07/2018
Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de Auditoria Externa Independente do exercício financeiro de 2017, conduzido de acordo com as Normas de Auditoria Independente, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, Comissão de Valores Mobiliários, da Auditoria Governamental e da legislação, normas e procedimentos pertinentes e em vigor. Unidade Orçamentária – 84201: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
Programa do PPA 2016/2019 – 1297 – Manutenção da estação Classificação Funcional Programática: 09.122.1297-8338: Operacionalização de Ações Administrativas
Fonte de Recursos: 0261 – Recursos Próprios Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta
Nº da ação: 232371
Natureza da despesa: 339035 – Serviços de Consultoria
Valor: R\$ 13.988,99
Contratado: AGUIAR FERES AUDITORES INDEPENDENTES S/S – EPP
Endereço: Rua Visconde de Inhaúma, 490, sala 1305 – Bairro Centro, CEP: 14010-100 Ribeirão Preto/SP
Ordenador de Despesa: Railson Lemos Mota

Protocolo: 202188

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO EDITAL Nº 002/2017 – IGEPREV/PA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS 002/2017
HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES

A Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o Edital nº 001/2017-IGEPREV/PA, de 04/07/2017, que trata sobre o Processo Seletivo – PSS 002/2017, para contratação em funções temporárias no IGEPREV,

RESOLVE:
I - Tornar pública as inscrições homologadas conforme exigências do Edital;
II - Os candidatos que não tiveram suas inscrições homologadas, e portanto não constam neste Resultado, são os que não atenderam aos requisitos constantes das alíneas “a” e “b” do item 2.1.8. ou que não atendem qualquer outra exigência do referido Edital.
III - As inscrições homologadas implicam no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas no Edital pelo candidato.
IV – Os candidatos que tiveram suas inscrições homologadas passarão para segunda fase (Análise Curricular) do certame, contudo somente continuarão e terão suas documentações analisadas, aqueles que cumprirem os requisitos do item 2.2.2 do Edital 001/2017.
V – As relações com as inscrições homologadas, por função, constam na íntegra deste Edital que se encontra divulgado no site do Igeprev, no endereço eletrônico www.igeprev.pa.gov.br . PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, 12 de julho de 2017.
Eudézia Martins D’Angelo
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, em exercício.

Protocolo: 202520

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL

Processo nº 2017/121967. Pelo presente edital CITAMOS a senhora MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES FAYAL, CPF nº 125.983.642-87, Matrícula nº. 550540/1, aposentada no cargo de Professor AD-1, lotada na Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, para que tome conhecimento de que o percentual de seu Adicional por Tempo de Serviço será reduzido de 60% para 50%, tendo em vista que foi utilizado o período posterior ao seu afastamento para aguardar aposentadoria no cômputo de seu tempo de efetivo exercício no serviço público. Ademais, será retificado seu enquadramento funcional de Professor nível K, para Professor nível I, conforme anexo II, do Decreto nº 189/2011, e consequentemente, o vencimento base. Onde lê-se: 2017/121967
Leia-se: 2016/513456
Belém, 13 de julho de 2017.
Ordenadora: Eudézia Martins D’Angelo

Protocolo: 202430

ESCOLA DE GOVERNANÇA
PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº. 084 DE 03 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR GERAL DA ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ – EGPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 6.569 de 06 de agosto de 2003 e com posteriores alterações.
CONSIDERANDO a Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações posteriores, para Licitações e Contratos na Administração Pública e conforme o disposto na Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº. 2.069 de 20 de fevereiro de 2006.
RESOLVE:
DESIGNAR como PREGOEIRO e EQUIPE DE APOIO, os servidores relacionados abaixo, para atenderem a necessidade desta Escola de Governança Pública do Estado do Pará:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2017 (Proc. 503556/2015) – CONTRATAR EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO REFEIÇÕES PARA EVENTOS, afim de atender a demanda do programa CAPACITASUAS.,
Pregoeiro(a):
Paula Adriane da Silva Costa – matricula 5890358
Equipe de Apoio:
Márcia Cristina Franco de Andrade - matrícula 751871
Andréa Gusmão Brito – matrícula 5888196
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RUY MARTINI SANTOS FILHO
Diretor Geral da Escola de Governança Pública do Estado do Pará – EGPA.

Protocolo: 202380

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº. 142 DE 12 DE JULHO DE 2017.

A DIRETORA GERAL DA ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ-EGPA em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 6.569 de 06 de agosto de 2003, e posteriores alterações;

RESOLVE:
I - REVOGAR, a contar de 10/07/2017, a PORTARIA Nº 130/2016, de 13/06/2017, publicada no DOE nº 33396 de 16/06/2017, que designou a servidora PAULA ADRIANE DA SILVA COSTA, matrícula nº 5890358, ocupante do cargo de Secretária de Coordenação, para responder pela Diretoria de Administração e Finanças – DAF, durante o impedimento da titular DENISE ALVES MENDES, matrícula nº 4197, em virtude de substituição de férias do Diretor Geral desta Autarquia, no período de 10/07/2017 a 08/08/2017.
II – DESIGNAR, a contar de 10/07/2017 a 08/08/2017, o servidor ALEX SILVA DE CHAUMONT, matrícula nº 57207769, ocupante do cargo de Secretário de Coordenação, para responder pela Diretoria de Administração e Finanças – DAF, como substituto eventual, durante a ausência e impedimento do titular até a ulterior deliberação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
DENISE ALVES MENDES
Diretora Geral em exercício

Protocolo: 202390

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº. 141 DE 10 DE JULHO DE 2017.

A DIRETORA GERAL DA ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ – EGPA em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.569, de 06 de agosto de 2003, e com posteriores alterações, e;
CONSIDERANDO que o Art. 199 da Lei nº 5810/94 estabelece que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público deve promover sua apuração imediata dos fatos;
CONSIDERANDO a PORTARIA Nº 087 de 09/05/2017
CONSIDERANDO o memorando nº 002/2017 – Comissão de Sindicância de 09/06/2017.
RESOLVE:
SUBSTITUIR a servidora FLAVIA TATIANE FERREIRA COSTA, matrícula nº 5901152, cargo Secretária de Coordenação, como, membro da Comissão de Sindicância e designar MÁRCIA CRISTINA SANTOS SILVA, matrícula nº 5902669, cargo de Especialista em Educação Classe I, conforme memorando nº 002/2017 – Comissão de Sindicância.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, E CUMPRA-SE.
DENISE ALVES MENDES
Diretora Geral em exercício

Protocolo: 202088

SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA

PORTARIA

PORTARIA DE ISENÇÃO DE IPVA - CAIF-DTR
PORTARIA Nº 2017330002267, de 12 de julho de 2017
MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para pessoa com deficiência relativo a veículo no ano de 2017.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n.º 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n.º 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n.º 0009, de 20 de junho de 2007.
INTERESSADO: JOSIMAR PEREIRA DE SOUZA.
CPF: 452.081.232-15.
MARCA/MODELO: VW/FOX 1.6 GII.
CHASSI: 9BWAB45Z0E4099017.

Protocolo: 202328

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE ICMS - CAIF-DTR
PORTARIA Nº 2017330002262, de 12 de julho de 2017
MOTIVO: Conceder a isenção de ICMS na aquisição de veículo para pessoa com deficiência.
BASE LEGAL: Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975; Convênio ICMS 38, de 30 de março de 2012 e arts. 1º e 50 do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001.
INTERESSADO: MARTA OLIVEIRA DA ROCHA.
CPF: 306.068.372-72.
MARCA/MODELO: JEEP/RENEGADE 1.8 AT.
VALOR DO VEÍCULO COM IMPOSTOS: R\$69.990,00.
VALOR DO VEÍCULO SEM IPI/ICMS: R\$54.655,00.

PORTARIA Nº 2017330002265, de 12 de julho de 2017
MOTIVO: Conceder a isenção de ICMS na aquisição de veículo para pessoa com deficiência.
BASE LEGAL: Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975; Convênio ICMS 38, de 30 de março de 2012 e arts. 1º e 50 do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001.
INTERESSADO: SAMUEL RODRIGUES DA SILVA.